

ees

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O ESTADO E A IGREJA

HOMENAGEM A JOSÉ ANTUNES

VOLUME 22, 2001

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O NACIONALISMO CATÓLICO EM JACINTO CÂNDIDO

1. Introdutor do termo "nacionalismo" no vocabulário político português, em 1901, Jacinto Cândido (1857-1926) revelou-se como um dos principais ideólogos da direita moderna na primeira década do século XX. É certo que iniciara a sua actividade política ainda nos Açores (Ilha Terceira) no interior do Partido Regenerador então chefiado, nominalmente, por António de Serpa - os verdadeiros líderes eram Hintze Ribeiro e Lopo Vaz - depois de ter obtido a formatura em Direito na Universidade de Coimbra. Porém, eleito deputado em 1886, manteve-se nesta função até ser nomeado Par do Reino (1897). Dotado de uma boa cultura jurídica mostrou-se, desde cedo, excelente orador, jornalista com virtudes e político interessado nas problemáticas social, financeira e colonial. Admirador de Hintze Ribeiro seria por este nomeado Ministro da Marinha e Ultramar em 1895, mantendo-se no cargo até aos inícios de 1897⁽¹⁾. No quadro do

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura.

** Este texto serviu de base a uma comunicação que fizemos na Guarda, em 5 de Maio de 2000, integrada na Comemoração do oitavo centenário desta cidade.

(b Sobre a actividade desenvolvida, na sua passagem no Ministério, afirmava Jacinto Cândido: "Mencionarei apenas, no entretanto, que fui encontrar seis guerras abertas nas nossas Colónias, e que em todas elas não tivemos no meu tempo um só desastre, antes importantíssimas vitórias, como as do *Gungunhana*; - que unifiquei o sistema monetário de Angola, Guiné, S. Tomé, e Moçambique, estabelecendo lá a mesma moeda portuguesa da Metrópole; - que adquirei todos os navios de guerra que a Marinha conta e

sistema político rotativista, o parlamentar revelava uma grande vontade reformadora nascida de uma consciência aguda da crise financeira, política e social que o país atravessava na década de 90. Nesta fase, desenvolveu uma intensa actividade no Parlamento como o comprovam os seus discursos então publicados. Lembremos, neste ensejo, que, nos inícios de 1892, Portugal se encontrava à beira da bancarrota e que, para resolver a crise, fora nomeado um governo presidido por José Dias Ferreira. Dele faziam também parte, Aires de Gouveia (bispo de Betsaida), Costa Lobo, o visconde de Chancelheiros, Ferreira do Amaral e Oliveira Martins. A este intelectual foi confiada a pasta da Fazenda. Era a oportunidade para a inauguração da "Vida Nova" que vinha sendo publicitada, há anos, pelo pensador. Jacinto Cândido seria contagiado pelas ideias martinianas e passaria também a defender uma ruptura com a prática política do passado. Ele próprio afirmava que era preciso "penitenciar-mo-nos dos erros passados, reformar os nossos costumes políticos, remodelar os nossos processos governativos, adoptar novos sistemas de administração, e, sem reboços nem hesitações, abandonar de vez a vida velha, entrar a valer, rasgada e verdadeiramente, em vida nova"(2). O deputado era membro da Comissão de Fazenda na Câmara baixa e, enquanto tal, foi nomeado relator do projecto intitulado "Medidas de Salvação Pública" colaborando, assim, com o governo de Dias Ferreira. O fracasso governativo de Oliveira Martins levá-lo-ia a refugiar-se na Inglaterra. Na hora da partida tinha no cais a despedirem-se dele os amigos Carlos Lobo de Ávila, Carlos Lima Mayer, o Conde de Ficalho e Ramalho Ortigão(3).

mais alguns que se perderam, menos o "Adamastor"; - que auxiliei e fortaleci as missões ultramarinas, dobrando, num só ano, a sua dotação; - que iniciei um sistema de descentralização governativa do Ultramar; - que fiz as bases para uma Concordata, regulando o *Padroado Real* em Angola e Moçambique." Jacinto Cândido, "Autobiografia", *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, 1962, p. 28.

(2) Jacinto Cândido, *As Medidas de Salvação Pública. Discursos proferidos na Câmara dos Senhores Deputados nas sessões de 13 e 17 de Fevereiro de 1892 em Dejeza do Parecer da Comissão de Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 10.

(3) Sobre esta experiência de Oliveira Martins no designado "governo excêntrico" leia-se Rui Ramos, "A Segunda Fundação (1890-1926)", *História de Portugal* vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 203-209.

Em 1895, Jacinto Cândido participou no Congresso Católico Internacional de Lisboa e, desde esta data, passou a fazer parte da comissão administrativa do *Correio Nacional*, jornal do episcopado. Temendo a insurreição popular defendia uma "revolução por cima" transformadora das elites sociais, das estruturas partidárias e dos métodos tradicionais de fazer política. Nesta altura, a formação ideológica liberal, haurida na Universidade, foi sendo substituída pela doutrina oficial da Igreja divulgada por Leão XIII. Leitor das encíclicas *Immortale Dei*, sobre a organização cristã dos Estados, *Libertas Praestantissimumus*, acerca da noção de liberdade, *Sapientiae Christianae*, relativa à restauração dos princípios religiosos e *Rerum Novarum*, destinada à resolução da questão social em moldes cristãos, Jacinto Cândido agiu na vida política, especialmente nos inícios do século XX, à luz das ideias presentes nestes documentos papais⁽⁴⁾. O movimento nacionalista católico iniciara-se, em 1898, mas já tivera antecedentes no Centro Católico Parlamentar anunciado na Câmara dos Pares, em 1894, pelo bispo de Coimbra, Bastos Pina e dirigido, na sua curta existência, por Barros Gomes, Casal Ribeiro e pelo Marquês de Pombal. Sob a influência de Leão XIII, os militantes católicos portugueses fizeram, nessa altura o *Ralliement* ao regime monárquico-constitucional, facto que seria directamente apoiado pelo episcopado e sustentado pelo ideólogo Quirino de Jesus⁽⁵⁾.

A criação do Centro Nacional (1901) inseria-se na lógica de uma intervenção crescente dos católicos mais activos na vida político-religiosa do país e representava uma resposta de alguns sectores da Igreja à crescente secularização da sociedade e da cultura fomentada por republicanos e socialistas. Estimulados pela Nunciatura de Lisboa, os líderes do Centro pretendiam defender politicamente os interesses da instituição religiosa perante os avanços das concepções dessacralizadoras do universo animados pelo positivismo e cientismo. Jacinto Cândido, que se afastara do Partido Regenerador, embora mantivesse boas relações pessoais com Hintze Ribeiro, seria um dos dirigentes desta organização católica juntamente com Gonçalo Xavier de Almeida Garrett (lente da Universidade de Coim-

(4) José Lopes Dias, "Prefácio", in Jacinto Cândido, *Memórias Intimas para o Meu Filho (1898-1925)*, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, p. 15.

(5) Sobre o Centro Católico parlamentar veja-se, Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 417-427.

bra) e Conde de Bertandos (um dos principais animadores do movimento católico). Na Câmara dos Pares, o líder nacionalista não deixava de propagandar o Centro Nacional chamando a atenção dos seus colegas para a sua "rápida expansão" e para a sua "vitalidade" que resultavam, segundo ele, de um movimento de protesto contra a política rotativista⁽⁶⁾. Discursando no Parlamento, em 1902, aproveitou a oportunidade para caracterizar ideologicamente o nacionalismo e para formular alguns princípios do futuro programa do Partido Nacionalista⁽⁷⁾.

Entre os líderes católicos não havia unanimidade no que concerne à ideia de transformar o Centro Nacional⁽⁸⁾ num partido político. De facto, enquanto Quirino de Jesus e Almeida Garrett preconizavam o reagrupamento dos católicos fora dos partidos, J. Cândido, secundado pelos Condes de Bertandos e de Samodães, defendia a criação de uma formação partidária vocacionada para a ascensão ao poder de Estado. Apesar das diferentes sensibilidades e motivações políticas entre os dirigentes, o Partido Nacionalista seria fundado no primeiro Congresso realizado na cidade do Porto, em Junho de 1903. Apoiado pelos Jesuítas, o autor de *A Doutrina Nacionalista* teria um papel determinante na criação e, posteriormente, na condução da estrutura partidária. Na sua actividade não se inspirou apenas na doutrina expandida pelo pontífice romano acerca da intervenção dos católicos nos sistemas políticos liberais. Ele teve também em atenção os exemplos do Centro alemão, do Partido Cristão Social austríaco, do Partido Católico belga e da Acção Liberal Popular francesa.

2. Liderado por Windthorst, o Centro alemão não só se transformou num importante grupo parlamentar, como obteve o apoio de

⁽⁶⁾ Jacinto Cândido, *Discussão da Resposta ao Discurso da Coroa. Discursos do Digno Par Jacinto Cândido Proferido nas Sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 8.

⁽⁷⁾ Cf. *Idem, ibidem*, p. 7 ss. Para o conhecimento da história do Partido Nacionalista veja-se Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910). Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

⁽⁸⁾ Sobre a formação e o programa do Centro Nacional leia-se Marie-Christine Volovitch, *Le Catholicisme Social au Portugal, de l'Encyclique Rerum Novarum aux Débuts de la République (1891-1913)*, Paris, 1981, pp. 162-182.

milhões de eleitores. Se é certo que a organização pretendia, inicialmente, ter um carácter interconfessional, na prática acabou por se assumir como um partido verdadeiramente confessional. Reconhecida a sua independência por Leão XIII, o papa seguinte, Pio X, viu-se confrontado com a ausência de qualquer margem de iniciativa perante o catolicismo germânico. Organização interclassista, o Centro aceitava o reformismo social e o parlamentarismo liberal, mas não aderiu a uma democracia plena. Apoiado pela esmagadora maioria dos católicos alemães, conheceu as antecâmaras do poder, mas não chegou a formar qualquer governo⁽⁹⁾. Ora, tal facto, diferenciava-o do Partido Católico belga que deteve as rédeas do poder entre 1884 e 1914. Esta estrutura partidária, apoiada nos conservadores e democratas cristãos, realizou uma política moderada, embora combatesse o liberalismo e o socialismo. Sustentado pela hierarquia eclesiástica e pela Santa Sé, este partido era uma estrutura confessional⁽¹⁰⁾. O nascimento do Partido Cristão austríaco foi um fenómeno tardio - fins da década de 80 - o que se explica pela existência de uma estrutura conservadora católica liderada por alguns aristocratas. Ao invés do Centro alemão, o Partido Cristão Social era uma organização de direita, romanista e ultramontana. Ideologicamente marcado pelo antisemitismo, antiliberalismo e anticapitalismo, acabaria por influenciar o jovem Hitler. Para a historiografia que se tem ocupado com a história do partido, parece ser indiscutível a responsabilidade da organização no desenvolvimento de um clima antisemita na Áustria antes de 1914. Na década de 90, do século XIX, o núncio em Viena e o secretário de Estado do Vaticano, Rampolla, tinham apoiado os cristãos sociais quando estes foram acusados de desobedecer aos bispos. Seria, neste contexto, que o líder do partido, Lueger, receberia a bênção pontifícia⁽¹¹⁾. Razões históricas específicas explicam a ausência de partidos católicos em França, na Itália e em

⁽⁹⁾ Para o conhecimento mais desenvolvido do Centro alemão veja-se Jean-Marie Mayer, *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne XIX^e-XX^e Siècles*, Paris, Armand Collin, 1980, pp. 58-69, ou ainda, G. Goyau, *Bismarck et l'Eglise. Le kulturkampf* (4 tomes), Paris, Perrin, 1911-1913.

⁽¹⁰⁾ Sobre o assunto cf. Jean-Marie Mayeur, *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne XIX^e-XX^e Siècles*, Paris, Armand Colin, 1980, pp. 126-129.

⁽¹¹⁾ Para um conhecimento mais alargado do Partido Cristão Social no império Austro-Húngaro leia-se a síntese de, *Idem, ibidem*, pp. 69-72.

Espanha, apesar da existência de movimentos católicos mais ou menos poderosos nestes países. Contudo, no caso francês, Albert de Mun lançou (1885), sem sucesso, a ideia de criação de um partido católico. Na altura, a Santa Sé, temendo a divisão dos fiéis, desaconselhou a formação de uma organização partidária. Apesar disso, em 1901, surgiu a Acção Liberal Popular que elegeu um gupo parlamentar e lutou contra o governo Waldeck-Rousseau. O grupo depressa se transformaria em partido (1902). Tendo a simpatia de Leão XIII e o apoio da maioria dos bispos e do clero esta estrutura conseguiu a adesão de muitos católicos organizados em Comités. Com Pio X, a organização de Jacques Piou, deixou de ter o auxílio de Roma. A formação política conservadora, influenciada pelo catolicismo social, apenas seria sustentada por uma minoria de católicos franceses⁽¹²⁾.

3. No que se refere a Portugal a situação era um pouco diversa na conjuntura política da primeira década do século XX. O Partido Regenerador não tinha um verdadeiro programa teórico escrito. As suas ideias limitavam-se à fidelidade ao trono e à Carta Constitucional. De resto, era um partido moderado que defendia a liberdade e a ordem. O Estado deveria criar infra-estruturas (estradas, caminhos-de-ferro, correios e telégrafos) que facilitassem o desenvolvimento de uma economia liberal. Só em 1910, com Teixeira de Sousa, os regeneradores apresentaram um verdadeiro programa político mais democratizante (reformas da Câmara dos Pares, da lei eleitoral, descentralização administrativa, etc.). Ao invés, o Partido Progressista tinha o seu programa desde 1876 sintetizado em 22 artigos. Nele se defendia a Monarquia Constitucional, a superação dos vícios parlamentares, reformas do sistema político vigente no sentido mais democratizante, descentralização administrativa e ultramarina, reforma da instrução pública, etc. Como sublinhou Oliveira Marques, o programa datado seria esvaziado nos seus conteúdos pelos governos sucessivos e, nas

⁽¹²⁾ Sobre a problemática da ausência de um verdadeiro partido católico em França veja-se, *Idem, ibidem*, pp. 83-89. Para uma visão mais ampla das direitas em França entre os finais do século XIX e 1914 leia-se René Rémond, *Les Droites en France*, Paris, Aubier Montaigne, 1982, pp. 148-180. Para o conhecimento do carácter revolucionário da direita cf. Zeev Sternhel, *La droite révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme 1885-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1978.

vésperas da implantação da república, ficava muito aquém do programa de Teixeira de Sousa. Nascido de uma cisão dos regeneradores, em 1901, o Partido Regenerador Liberal, liderado por João Franco, não trazia novidades substanciais em relação aos programas dos partidos liberais referidos. Por seu lado, os Dissidentes Progressistas não escreveram programa e apenas defendiam a substituição da Carta Constitucional por uma Constituição elaborada e aprovada pelo Parlamento. As várias dissidências do Partido Regenerador (henriquistas, partidários de Venceslau de Lima, etc.) também não escreveram sobre as suas ideias políticas. O Partido Republicano Português baseava-se no seu programa de 1891 redigido por Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Homem Cristo, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Jacinto Nunes. O texto revela o ideal nacionalista e interclassista republicano e uma estratégia que passava pela realização de uma revolução cultural e por reformas políticas profundas⁽¹³⁾. O Partido Socialista apresentava-se com um programa que fora elaborado, em 1895, sobretudo por Azedo Gneco. Nele se defendia, entre outros aspectos, a socialização da riqueza, a abolição do Estado, a autonomia e federação dos municípios e o sufrágio universal. Por fim, na extrema direita, situava-se o Partido Legitimista que não tinha representação parlamentar, mas possuía um programa no qual se defendia, entre outros aspectos, a formação de Cortes por "procuradores de classes", a descentralização administrativa, o ressurgimento da "Província natural e tradicional", uma maior independência e intervenção da Igreja na sociedade, a abolição do beneplácito régio, a "intervenção religiosa dos párocos na educação e ensino doutrinal nas escolas primárias", a "celebração de um acordo com a Santa Sé..." e a reconstituição dos antigos passais dos párocos⁽¹⁴⁾.

(13) Para uma visão global do programa republicano de 1891 leia-se Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 57-60. Sobre a evolução do Partido Republicano após o 31 de Janeiro de 1891 veja-se António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 15-36.

(14) *Programa do Partido Legitimista*, Lisboa, Typ. La Bécarre, s. d., pp. 3-8. Sobre o legitimismo após a implantação da República cf. José Joaquim Guimarães Pestana da Silva, *Doutrina Legitimista da Restauração Política Christã de Portugal*, Porto, Escola Tip. da Oficina de S. José, 1914. Para o conhecimento mais desenvolvido dos programas político-partidários, aqui referidos, veja-se

4. Jacinto Cândido assumia uma posição ideológica semelhante à dos partidos católicos europeus, embora revelasse algumas nuances na apreciação que fazia de cada um deles. Em 1903, foi um dos fundadores do Partido Nacionalista, mas depressa se transformou no seu verdadeiro chefe. A sua estratégia política abrangente levou-o a distanciar a estrutura partidária do clericalismo e, nesta linha, procurou secularizar o nacionalismo⁽¹⁵⁾. Desta forma, tentou também evitar os ataques dos republicanos e socialistas os quais, na sua luta ideológica contra a Monarquia e a Igreja, tinham como alvos preferenciais o clero regular e secular. Adversário do clientelismo político tradicional, que levava os eleitores a reunirem-se em volta dos líderes dos partidos rotativistas, o conselheiro opunha ao "personalismo", que tanto criticava, o ideal nacionalista baseado num programa. Ora, este facto distanciava o seu partido da prática política tradicional que, em geral, não se apoiava num conjunto de ideias programáticas desenvolvidas.

Influenciado por Oliveira Martins, que quisera ultrapassar os "vícios do rotativismo" e moralizar a política criando, para o efeito, o movimento da "Vida Nova", Jacinto Cândido também pretendia substituir a "Vida Velha" pela "Vida Nova" (Discurso proferido na Câmara dos Pares em 18 de Abril de 1902). É claro que o seu ideário, produzido numa conjuntura diversa e tendo uma inspiração ideológica de direita não deixava de encontrar alguma similitude com a posição de Oliveira Martins⁽¹⁶⁾. Aquele líder partidário também pretendia superar a crise do rotativismo e evitar que a sociedade caminhasse para o "abismo". Recordemos que, nos inícios do século, a situação financeira do país não deixava de revelar algumas semelhanças com a conjuntura dos inícios da década de 90 do século XIX. Para

"Portugal da Monarquia para a República", coord. de A. H. Oliveira Marques, in *Nova História de Portugal* vol. XI, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 368-372 e 391-393.

⁽¹⁵⁾ Apesar disso, o nacionalismo foi atacado, com violência, pelos seus opositores. Na verdade, estes acusavam os nacionalistas de clericais, *ob. cit.*, p. 35.

⁽¹⁶⁾ Sobre o movimento da "Vida Nova", animado por Oliveira Martins leia-se Fernando Catroga, "O Problema Político em Antero de Quental - Um confronto com Oliveira Martins", *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, 1981, pp. 428-446.

ultrapassar o impasse Jacinto Cândido pretendia levar a efeito uma alteração radical dos métodos e dos costumes políticos⁽¹⁷⁾. Nesta linha queria substituir o "partidarismo"⁽¹⁸⁾, o "personalismo" e o "particularismo" por um ideal assente na defesa da Religião e da Pátria. A opacidade da política liberal opunha a necessidade da sua transparência, à corrupção a moralidade, à ilegalidade a legalidade, ao oportunismo as ideias⁽¹⁹⁾. Ao combater a ausência de debate ideológico e ao criticar os políticos responsáveis por tal facto - José Luciano de Castro, Hintze Ribeiro, João Franco, Teixeira de Sousa e Campos Henriques - pretendia inaugurar uma política liberta dos dirigentes autocratas. Assim, não aceitava a divisão existente entre as elites e a sociedade que, como era tradicional, estava completamente desinteressada dos assuntos públicos⁽²⁰⁾. Recordando, em 1913, as ideias nacionalistas afirmava criticamente: "a política das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, foi, e será sempre uma política mesquinha, sem grandeza, e ruínosa à causa pública. Foi essa política pessoal, que eu, primeiro do que ninguém vii, e a que chamei *personalismo*, a causa principal da decadência de Portugal. Foi ela que

(17) Enquanto Par do Reino Jacinto Cândido tinha, em 1902, estabelecido um acordo parlamentar com Dantas Baracho, o conde de Bertandos, D. Luís da Câmara e Almeida Garrett com vista a um combate comum contra o governo. Jacinto Cândido, *Discussão da Resposta ao Discurso da Coroa. Discursos do Digno Par Jacinto Cândido Proferidos nas Sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 5.

(18) Apesar da sua crítica aos partidos rotativistas entendia que estas estruturas políticas eram necessárias ao regime constitucional. Contudo, tais organizações deveriam corresponder à Ordem e ao Progresso, noções essenciais para o funcionamento da sociedade.

(19) Jacinto Cândido, *Vida Velha e Vida Nova. Discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 4.

(20) Ao referir-se a esta dicotomia entre a elite política e a sociedade afirmava: "De um lado, os políticos, como casta à parte, odiada ou desprezada, e à qual os homens de trabalho, industriais, lavradores ou negociantes, se apressam a dizer que não pertencem, como quem exhibe um atestado de bom comportamento; - do outro lado, a nação". E no mesmo sentido continuava: "Quando surge uma crise grave e se pede a atenção do país, ele responde que - *isso é lá com os políticos*, - e continua na sua faina habitual. Desinteressa-se da marcha das cousas públicas completamente. Se não derruba Governos, em movimentos de opinião, também os não apoia nem sustenta.". *Idem, ibidem*, p. 5.

me levou para a fundação do *Nacionalismo*, que é a política oposta, - a nobre e alta política da Nação, pela Nação e para a Nação" (21).

Para explicar a necessidade da separação de poderes Jacinto Cândido recorria ao modelo biológico à luz do qual procurava fundamentar as suas ideias sociológicas e o seu conceito de sociedade: "[...] aplicando à sociologia o método experimental, e por analogia do que se passa no mundo biológico, considerando a sociedade como um verdadeiro organismo vivo, vê-se que, assim como na escala animal, os seres das mais rudimentares espécies se apresentam com pouquíssimos órgãos, servindo cada qual diversas funções, em manifestações de uma vida verdadeiramente inferior e primitiva, e que, à medida que se vai subindo para as espécies superiores, se vai notando uma gradual e sucessiva especialização de órgãos, correspondendo à multiplicidade de funções; do mesmo modo, nos organismos sociais a divisão dos poderes corresponde a essa especialização de órgãos, correlativa à separação e autonomia das funções"(22). Como se constata, apesar da sua formação ideológica advir fundamentalmente do catolicismo, Jacinto Cândido não evitou a influência do cientismo numa época em que esta ideologia ocupava a quase totalidade do espaço mental das elites cultas. Aliás, o dirigente partidário revelava interesses político-culturais diversos já que também foi um leitor de Stuart Mill, Spencer, Garofalo (*Superstição Socialista*) e Gustav le Bon (*A Psicologia das Multidões*). Tendo como pano de fundo princípios sociológicos adquiridos nas leituras que fazia opunha-se, nessa altura, à anormalidade das ditaduras e, simultaneamente, pugnava por um Parlamento prestigiado. Tal não significava a apologia da democracia política já que nunca defendeu o sufrágio universal. Apesar das declarações formais contra os regimes opressivos, proferidas pelo chefe do Partido Nacionalista este não se libertou de uma certa ambiguidade política traduzida no apoio que deu à ditadura de João Franco(23).

(21) Jacinto Cândido, *Memórias Intimas para o Meu Filho (1898-1925)*, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, p. 105.

(22) *Idem*, *Vida Velha e Vida Nova. Discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 14.

(23) Referindo-se ao franquismo Jacinto Cândido concluiu que "era também reformador à maneira nacionalista, com que tinha muitas afinidades; mas que participava também de alguns vícios importantes dos rotativos, e a

5. A transformação do Centro Nacional no Partido Nacionalista abriu novas possibilidades de intervenção política aos militantes católicos. Jacinto Cândido desempenhou um papel fundamental neste processo e cremos que o programa político do partido, expresso em quarenta pontos, saiu da pena do seu líder tanto mais que foi incluído nas suas *Memórias* escritas especialmente durante a República. Para além disso, as ideias aí apresentadas já tinham sido, em boa medida, por ele avançadas nos anos anteriores. Como se tratava também de um verdadeiro programa reformista pretendia-se que a sociedade caminhasse num sentido evolutivo o que dispensava qualquer sobressalto revolucionário⁽²⁴⁾. Aliás, Jacinto Cândido diria, mais tarde, que era favorável ao sistema capitalista, apenas amenizado pelo corporativismo social e pela moral católica. Nesta perspectiva, não nos surpreendem os ataques que fazia ao socialismo⁽²⁵⁾. Ao nível da economia privilegiava a agricultura, mas também valorizava a indústria e o comércio. Pela prevalência atribuída ao sector primário e em virtude da base social de apoio nacionalista se encontrar fundamentalmente nos médios e grandes proprietários do norte e do centro, o Partido Nacionalista tem sido definido, pela historiografia, como um partido rural⁽²⁶⁾.

Ao omitirem intencionalmente as questões do regime⁽²⁷⁾ e dinástica, os nacionalistas abriam a estrutura partidária a cidadãos de

quem faltava a coragem de pôr resolutamente a questão religiosa e dar, sobre ela seu parecer" e continuava: "o Nacionalismo inscrevia no seu programa a defesa católica. O franquismo calava-se e fingia não ver esta guerra;...". *Idem, Memórias Intimas para o Meu Filho (1898-1925)*, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, p. 114.

⁽²⁴⁾ Para o conhecimento directo do programa nacionalista veja-se, "O programa do Partido nacionalista", in *Idem, ibidem*, pp. 369-382.

⁽²⁵⁾ Na sua opinião o primeiro dever do homem de Estado era "defender a organização estabelecida" e, por isso, tornava-se necessário "atacar a seita estabelecida". Sobre o assunto veja-se Jacinto Cândido, *Manifestações de Opinião. Discurso Proferido na Sessão de 18 de Março de 1904*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 13-16.

⁽²⁶⁾ A dimensão sociológica do partido foi estudada por Marie-Christine Volovitch, *Le Catholicisme Social au Portugal, de l'Encyclique Rerum Novarum aux Débuts de la République (1891-1913)*, Paris, 1981, pp. 189-252.

⁽²⁷⁾ O líder do partido esclarecia que "[...] o Partido Nacionalista não tinha, no seu programa, nem na sua doutrina, vinculada a existência a

todos os quadrantes políticos e, particularmente, aos legitimistas que viriam, de facto, a apoiá-la. Apesar de ser dotada de uma direcção colegial formada por Jacinto Cândido, Conde de Bertandos, general Hugo de Lacerda, António Mendes Lages e José Pulido Garcia, a história da organização veio a mostrar que a sua figura proeminente era, na realidade, o político açoriano, personalidade prestigiada entre os membros da elite política em virtude do seu passado jornalístico, parlamentar e ministerial. Segundo o programa partidário, o nacionalismo não resultara de qualquer acto de voluntarismo político. Pelo contrário, apareceu como "produto natural e espontâneo dum movimento de opinião nacional" que emergiu numa conjuntura histórica pautada pela crise e pelas dissidências partidárias. Embora fosse, na verdade, uma estrutura política antiliberal, anti-republicana e anti-socialista a organização, apoiada nos estratos sociais mais conservadores, apresentava-se como uma força partidária moderada que pretendia contribuir para o equilíbrio social e para "a defesa do princípio religioso". Na sua autonomia doutrinária, pretendia disputar as eleições e tentar chegar, por esta via, ao poder tal como acontecera na Bélgica com o Partido Católico. Definindo-se como uma organização confessional, apoiada na doutrina católica mais ortodoxa, procurava manter a religião no sistema educativo. Como partido de direita que era, não defendia a Separação do Estado da Igreja, embora Jacinto Cândido tivesse admitido, durante a vigência da República, uma neutralidade do poder político em matéria religiosa à semelhança do modelo de Separação brasileiro. No quadro da permanência da ligação orgânica entre o político e o eclesiástico, o programa nacionalista demarcava-se implicitamente da prática regalista liberal que, como se sabe, secundarizava a esfera espiritual em nome da necessidade de uma prevalência do poder temporal e da afirmação da soberania nacional. Os nacionalistas defendiam, assim, uma harmonização das

instituição monárquica, e menos ainda a uma ou outra dinastia. Era livre. A sua doutrina era nacional e compatível com todos os regimes. - *Deus e Pátria* era o seu lema, bem alto proclamado das suas tribunas de propaganda" e continuava: "por isso, a mim, nacionalista ainda, no domínio da minha consciência, preocupa-me a causa de Deus e a causa da Pátria, e a causa do Rei só me interessa pelo modo estrito, que hoje a prende à causa da Pátria...". Jacinto Cândido, *ob. cit.* pp. 103-104.

relações entre o Estado e a Igreja e definiam estas instituições como "sociedades perfeitas".

Como já foi referido, o Partido Nacionalista distanciava-se da subordinação da sua base social de apoio a um chefe. Ao invés, os cidadãos deveriam sujeitar-se às ideias e aos princípios veiculados pela sua direcção. Os nacionalistas pensavam que a política não servia para consagrar personalidades, mas para defender os interesses sociais no seu conjunto. Nesta linha deveria subordinar-se fundamentalmente a regras morais. Rejeitando qualquer tipo de "autocracia", ou "oligarquia", a organização apostava numa reformulação da metodologia política. No que concerne à questão social, os nacionalistas queriam evitar "explosões" violentas e, para que tal não acontecesse, acreditavam na função formativa da escola e na adesão dos cidadãos ao sistema político vigente. Nesta óptica, pensavam que os fundamentos da sociedade seriam a religião, a moral, a ordem e o progresso, embora tivessem em conta "as legítimas reclamações das classes operárias" e pretendessem que o poder político funcionasse preventivamente para evitar os conflitos ente o capital e o trabalho. Para esbater os antagonismos sociais defendiam a "necessidade do descanso físico e do recreio espiritual" dos proletários, assim como a criação de associações por classes. Ao Estado não só caberia a função de harmonizar os interesses sociais contraditórios como a realização da justiça corporativa "temperada" pela caridade.

No plano político-administrativo, reafirmavam o princípio da separação dos poderes, pugnavam pelas reformas da administração pública⁽²⁸⁾, do sistema eleitoral, do exército, da marinha e preconizavam a descentralização política a nível interno e da administração das colónias no plano ultramarino. No campo da política externa privilegiavam as relações com a Inglaterra, velha aliada, com a Espanha, nossa vizinha e com o Brasil, país irmão. A nível económico defendiam a intervenção do Estado na agricultura, indústria e comércio. Para atenuar as tensões no sector primário da economia preconizavam a criação de caixas rurais, a fundação de casais e o restabelecimento das classes médias no mundo rural. Por fim, convém sublinhar que o partido defendia as liberdades de imprensa, de reunião e de

⁽²⁸⁾ Sobre este assunto leia-se, Jacinto Cândido, *A Doutrina Nacionalista*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense Editora, s. d., pp. 23-24.

associação⁽²⁹⁾. Como já foi justamente sublinhado, o chefe partidário tinha uma concepção hierárquica, elitista e paternalista da política e as soluções apresentadas para a resolução da questão social eram muito pouco ousadas⁽³⁰⁾.

6. Após a consagração do Partido Nacionalista no Porto, Jacinto Cândido resolveu enviar a Roma, com o beneplácito da nunciatura, o padre António Manuel da Silva Pinto de Abreu. Portador do programa do partido, este sacerdote seria recebido pelo Papa⁽³¹⁾. Em resposta a esta iniciativa o pontífice, através do Secretário de Estado do Vaticano, Merry del Val, enviou ao líder do partido uma carta (16 de Outubro de 1904) na qual dava a bênção aos nacionalistas portugueses e manifestava a sua satisfação com as doutrinas do programa partidário. Devidamente autorizados pelo núncio alguns jornais católicos apressaram-se a publicar o documento da Santa Sé⁽³²⁾. Os meios clericais viam no partido uma estrutura conservadora pronta a combater a revolução e uma "sólida garantia de paz e estabilidade para o Estado". Por seu lado, o chefe do partido sonhava criar uma Confederação Geral das Obras Católicas no mundo inteiro para opor o catolicismo à acção intemacionalista da maçonaria⁽³³⁾. Com a finalidade de concretizar esta ideia estabeleceu contactos especialmente com os partidos católicos europeus tendo recebido apenas respostas de Albert de Mun e Jacques Piou⁽³⁴⁾. Os bispos portugueses revelaram

⁽²⁹⁾ Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 430-431.

⁽³⁰⁾ Marie-Christine Volovitch, *ob. cit.*, p. 202.

⁽³¹⁾ Sobre o Partido Nacionalista e a Igreja existe uma documentação significativa no ASV/ANL, cx. 358.

⁽³²⁾ Cf. *Correio Nacional*, 27-10-1904 e *A Palavra*, Anno XXXIII, 29-10-1904.

⁽³³⁾ *Carta de Jacinto Cândido para o núncio*, 29-8-1904, ASV/ANL, cx. 358.

⁽³⁴⁾ Sobre esta tentativa de internacionalização do movimento católico o chefe nacionalista afirmava: "a ideia de estabelecer e organizar o movimento católico é originária do partido nacionalista; e, em Outubro de 1903, - logo no princípio da sua vida política, ele fez expedir, em francês, uma carta circular aos principais vultos do movimento católico na Europa, preconizando essa ideia, e, mais do que isso, lançando as bases dessa organização, os fins a realizar, e os meios a empregar para a sua realização". E continuava: "expedidas as cartas, houve algumas respostas, de que me lembro, como do Conde de Mun, e de Piou, em que a ideia era aproximada; mas notando-se as

grande prudência em relação ao seu eventual apoio ao Partido Nacionalista, porque temiam dividir os católicos os quais tinham, obviamente, diferentes opções políticas. O prelado de Coimbra, Bastos Pina manifestou publicamente as suas reservas em relação ao nacionalismo num discurso pronunciado na Câmara dos Pares. Ao revelar a sua independência política manifestava uma opinião contrária ao envolvimento do clero na vida partidária, embora achasse legítima a participação dos párocos na formação de uma organização confessional que aspirasse a governar. Contudo, não deixava de afirmar que se o partido "subir ao poder, viriam daí grandes benefícios para a Igreja e para todos. Só tememos os males que na sua queda viriam das represálias e vinganças, a que abre largo caminho o desenfreamento hoje das políticas, em que não sabemos se, no estado actual dos espíritos, será conveniente envolver a religião"⁽³⁵⁾. Embora concorrendo às eleições, os nacionalistas nunca conseguiram formar um grande grupo parlamentar. Por isso, o dissidente do partido, Abúndio da Silva criticava a tática e a estratégia política de Jacinto Cândido e dos seus pares: "os iniciadores do nacionalismo amaldiçoaram o franquismo em 1902 para inutilizarem o apóstolo que era o Dr. Quirino de Jesus, e caíram-lhe nos braços, uniram-se-lhe como dois irmãos siameses, em 1907 e 1908. Armaram em pé de guerra contra Hintze Ribeiro e depois fizeram causa comum com o chefe regenerador e chefe da dissidência contra o chefe progressista e o chefe regenerador-liberal. Ao meio deste acordo, romperam o pacto e puseram-se ao serviço do governo franquista contra todos os demais partidos, e por fim, de trambulhão em trambulhão, vieram a unir-se ao progressismo, ao henriquismo, ao franquismo e ao legitimismo contra o Sr. Teixeira de Sousa, o Sr. José de Alpoim e... o próprio Rei. Que importava o programa que reclamava severas penalidades contra todas as ditaduras? O nacionalismo apoiava, não obstante a ditadura de João Franco porque recebera a promessa de

grandes dificuldades da sua execução. O Cardeal Aiutti que fora nuncio em Lisboa, e que aceitara, com entusiasmo, esta ideia, prometendo trabalhar em Roma, pela sua efectivação prática, faleceu, neste entretanto, e, apesar de toda a boa vontade, que havia da minha parte, ela não pôde ter realização". Jacinto Cândido, *Memórias íntimas para o Meu Filho, (1898-1925)*, Ed. de Estudos de Castelo Branco, 1963, p. 201.

⁽³⁵⁾ *Revista Catholica*, n-16, anno XIX, 16-4-1904.

colher alguns deputados e um ou dois pares do reino. E à caça de pastas e de lugares nas duas Câmaras, esquecido do seu programa, voltando costas ao seu impersonalismo, o nacionalismo tentou entendimentos com Fuschini, Dias Ferreira e o marquês de Soveral". E terminava: o partido "abdicava, transigia, revolvía-se na mesma imundície que se propusera eliminar do país, explorava essa imundície conforme mais convinha aos seus interesses" (36). De facto, a sua tática zigzagueante levou-o à perda da sua influência e foi um dos factores que também contribuiu para a sua dissolução logo após o "5 de Outubro". Ironia do destino: Jacinto Cândido viria a reencontrar-se com João Franco, no seu exílio voluntário, em França. Para além dos erros políticos cometidos, o líder nacionalista não compreendia a contradição entre um programa de direita política avançado e uma base social de apoio rural, conservadora e, em muitos casos, clerical(37). Aliás, a revista dos Franciscanos, *Voz de Santo António*, chamava a atenção (1908) para a falta de organização dos católicos e para a ausência de uma propaganda criteriosa(38).

7. O autor das *Memórias* atribuiu a queda da monarquia ao facto de D. Manuel, - aconselhado por José de Alpoim - ter pretendido ser o "rei de todos os portugueses". De acordo com a análise do líder nacionalista, a tentativa de aglutinação das forças conservadoras e dos jacobinos no interior da monarquia revelou-se nefasta para o sistema político vigente que não resistiu ao movimento republicano. Na conjuntura pré-revolucionária, o monarca queria, segundo J.

(36) Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C.^a, 1913, pp. 102-103.

(37) Para o conhecimento do Partido Nacionalista, em termos de síntese interpretativa, veja-se, Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 427-440.

(38) *Voz de Santo António*, ano 14-, 7- série, Dez. 1908, p. 923. Respondendo a um inquérito do "Comité International des Pèlerinages", sediado em Bolonha, sobre - entre outros aspectos - quais as pessoas mais devotas à Igreja e ao pontífice e mais activas, o núncio dava a seguinte lista: Jacinto Cândido, conde de Bertandos, António Mendes Lages, Miguel Vaz de Almada, conde de Sampaio, Domingos Pinto Coelho, Carlos Zeferino Pinto Coelho, Frederico Pereira Palha, Júlio Monzó, Conde de Samodães, Manuel Frutuoso da Fonseca, Francisco Gonçalves Cortez, José Joaquim Guimarães Pestana da Silva, António Peixoto Correia e José Pulido Garcia. *Carta do núncio para o conde G. Acquaderni*, 7-12-1905, ASV/ANL, cx. 358.

Cândido, sobretudo, acalmar e atrair. Porém, em virtude das dificuldades políticas, os ministérios que formou - 6 em 2 anos - eram sempre fracós. Os nacionalistas, através da sua imprensa, tinham alertado para as consequências da política consensualizadora do rei. Assim se teria chegado ao governo de Teixeira de Sousa que, ao organizar eleições, levou ao Parlamento uma maioria conservadora. Era o chamado "bloco", formado por 4 grupos: progressista, nacionalista, franquista e henriquista. De acordo com o chefe do partido estas fracções político-partidárias mostraram-se irreconciliáveis com teixeiristas, dissidentes e republicanos. Jacinto Cândido teria alertado o país, através da imprensa, para esse pretenso entendimento entre Afonso Costa, José de Alpoim e Teixeira de Sousa. Estes grupos queriam o poder e, sobretudo, os republicanos começaram a vislumbrar uma mudança política radical através de uma acção violenta. Neste contexto, o grande erro do monarca teria sido, segundo a interpretação do chefe nacionalista, a tentativa de manutenção do equilíbrio entre as facções⁽³⁹⁾. Na altura, os nacionalistas também se encontravam divididos em consequência das rivalidades existentes entre Jesuítas e Franciscanos. Tal divisão tinha uma dimensão política já que estes não viam com bons olhos o crescimento da influência da Companhia de Jesus no partido. Por isso, passaram a defender a ideia da igualdade de todos os partidos para os católicos. Isto significava que os fiéis não deveriam escolher obrigatoriamente os candidatos nacionalistas, nos actos eleitorais⁽⁴⁰⁾. A partir de 1908, assistiu-se a um enfraquecimento desta estrutura partidária que só conseguiu eleger o deputado Alberto Pinheiro Torres nas últimas eleições realizadas durante a Monarquia Constitucional. Este dirigente católico ia-se sobrepondo a Jacinto Cândido na liderança do partido. Perante o isolamento em relação à sociedade e face à iminência de uma revolução republicana, o líder nacionalista aconselhou a sua organização a integrar-se na nova ordem política passando a fazer parte da "extrema direita do

⁽³⁹⁾ Para um conhecimento mais pormenorizado das opiniões do líder nacionalista sobre a conjuntura pré-revolucionária veja-se Jacinto Cândido, *Memórias íntimas para o Men Filho (1898-1925)*, Ed. de Estudos de Castelo Branco, 1963, pp. 151-159. Sobre os conservadores na oposição leia-se Rui Ramos, *oh. cit.*, pp. 354-360.

⁽⁴⁰⁾ Acerca deste assunto leia-se Vítor Neto, *oh. cit.*, pp. 434-435, ou ainda, Rui Ramos, *oh. cit.*, p. 357.

Partido Republicano". Esta proposta era justificada da seguinte forma: "o Partido Nacionalista não fora nunca um partido monárquico. Para ele, a forma de governo, - Monarquia ou República, - era uma questão secundária, sem valor. Nem uma só palavra do seu programa, o vinculava à Monarquia, como forma de governo. Na nação, - pela nação, - e para a nação, era a sua divisa. Daí vinha o seu nome, - *Nacionalismo*"⁽⁴¹⁾. Jacinto Cândido não esperava que a revolução se desencadeasse logo em 1910. No entanto, previra as mudanças políticas que viriam a ocorrer e, perante isso, propôs que o seu partido fizesse o *Ralliement* à república. Nessa nova ordem política sugeriu aos nacionalistas que lutassem em defesa do conservadorismo político-social. Quando o triunfo republicano se consumou, o dirigente nacionalista entregou a direcção do partido a Pinheiro Torres e afastou-se definitivamente da vida política⁽⁴²⁾.

8. Este distanciamento não significou qualquer redução do seu interesse pelos assuntos públicos. Pelo contrário, Jacinto Cândido continuou a acompanhar o desenrolar da actividade política. Conhecedor das incursões monárquicas, no Minho e em Trás-os-Montes, chefiadas por Paiva Couceiro a partir da Galiza, condenou essas iniciativas contra-revolucionárias⁽⁴³⁾. A seu ver, era necessário evitar a guerra civil e deixar que os acontecimentos evoluíssem naturalmente.

⁽⁴¹⁾ Jacinto Cândido, *ob. cit.*, p. 55.

⁽⁴²⁾ Ao analisar a situação, o chefe nacionalista afirmava: "Desiludido da eficácia do seu combate pela causa da Nação no campo da Monarquia; crente de que a Monarquia se suicidava, consciente ou inconscientemente, depois de dez anos de luta tenaz e intensa, patriótica, desinteressada, e cheia de abnegação, em que vira sempre que só tardiamente lhe era feita justiça, quando já o mal era sem remédio; e vendo que naquela crise angustiada, da vida nacional, mais uma vez, o rei enveredava por mau caminho, e corria loucamente para a perda da Monarquia, pondo em risco a perda da Nação; - o caminho, que, a mim, se afigurava dever seguir, o partido, que eu criara, e a que, com sacrifícios de toda a ordem, consagrara os dez anos de maior trabalho da minha vida, era o de ir para o meio dos próprios revolucionários, que seriam os triunfadores do dia seguinte e lá começar, imediatamente, o seu trabalho de propaganda, e a sua campanha em favor dos altos ideais, que eram a sua bandeira política, e a razão da sua existência". *Idem, ibidem*, p. 56.

⁽⁴³⁾ Sobre este assunto veja-se A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 705-706; Rui Ramos, *ob. cit.*, pp. 457-458.

Na linha do pacifismo assumido desresponsabilizou-se em relação às actividades militares anti-republicanas e duvidou que a restauração monárquica fosse uma solução completa para os problemas nacionais⁽⁴⁴⁾. Como sempre, o chefe nacionalista desvalorizava, por razões táticas, a questão do regime, embora fosse um monárquico confesso. Sendo um adversário dos monárquicos constitucionais contestava D. Manuel e o seu lugar-tenente em Portugal, Aires de Omelas⁽⁴⁵⁾. Crítico em relação ao rei por ele ter abandonado o país no próprio momento da revolução republicana⁽⁴⁶⁾, Jacinto Cândido revelava todo o seu reaccionarismo ao preferir o legitimista D. Miguel ao último monarca do regime anterior na "hipótese" de uma restauração da Monarquia no nosso país⁽⁴⁷⁾. Nas suas *Memórias*, acusava o rei de se ter subordinado à Inglaterra como a sua vida no exílio londrino o mostrava. Ora esta vinculação teria sido um erro já que a Grã-Bretanha exercia, a seu ver, uma influência negativa ao pretender conduzir os destinos de Portugal mantendo a nação na sua dependência económica e política⁽⁴⁸⁾. Durante a vigência da República nunca

(44) Para o conhecimento pormenorizado das opiniões do chefe nacionalista sobre a conspiração monárquica leia-se Jacinto Cândido, *ob. cit.*, pp. 63-75.

(45) A seu ver "a restauração da *mesma monarquia*, que caiu em Outubro de 1910, com os mesmos homens, os mesmos processos, e a mesma doutrina, seria uma tentativa efémera, e sem consequências para a vida nacional do país". *Idem, ibidem*, p. 84.

(46) Sobre a partida de D. Manuel para o exílio afirmava: "dada a revolução, o Rei, bem ou mal, por vontade ou sem ela, desertou, fugiu do país, e emigrou, abandonando o trono e a Nação, quando ainda, apenas, em Lisboa, a revolução triunfava". Por isso, "sem o voto do país o Rei D. Manuel pode ser imposto Rei; mas não é Rei legítimo sem o voto da Nação. A Nação põe reis, e depõe reis". E concluía: "a revolução e a república cortaram a sucessão real: estabeleceram o interregno. Sem um acto nacional o Rei não pode existir de novo." *Idem, ibidem*, p. 246.

(47) *Idem, ibidem*, p. 105.

(48) O antigo chefe nacionalista denunciava esta ligação nos seguintes termos: "porque e para que se vinculou El-Rei D. Manuel a sua causa à Inglaterra? Que confiança pode merecer a Inglaterra, esta aliada fiel, no dizer comum, mas que, na verdade, não tem sido senão a exploradora de Portugal, dura e tirânica senhora e dominadora dos nossos destinos?". *Idem, ibidem*, p. 172. Para um conhecimento mais alargado da oposição do nosso nacionalista àquele país que, habilmente, dava apoio aos monárquicos, ao mesmo

deixou de atacar os monárquicos, a ideologia regalista, o jacobinismo e a maçonaria. Ao depositar as suas esperanças na ditadura de Pimenta de Castro - "único governo digno que a república tem tido" - voltava a contestar a interferência britânica nos assuntos internos de Portugal como o comprovava a revolução de 14 de Maio de 1915 traduzida no derrube do executivo e na instalação, de novo, dos democráticos no poder⁽⁴⁹⁾.

Jacinto Cândido foi um admirador de Sidónio Pais⁽⁵⁰⁾, mas não o deixou de criticar por ele não se demarcar do "partido monárquico" que lhe dava o seu apoio ao mesmo tempo que procurava retirar dividendos políticos dessa sustentação da "República Nova"⁽⁵¹⁾. Recordemos aqui que, em virtude da ausência de uma base de apoio social à esquerda, Sidónio acabaria por se ligar à extrema direita. Na verdade, para além dos monárquicos⁽⁵²⁾, o ditador encontrou o aplauso político em sectores clericais e na alta burguesia. Por outro lado, o antigo chefe nacionalista também criticava o Integralismo Lusitano, liderado por António Sardinha. Este movimento doutrinário e político surgiu como uma outra expressão ideológica do nacionalismo. A seu ver, "sob a capa cristã" integralista, "há um fundo pagão, que vem de Maurras, - o *sacerdos magnus*..."⁽⁵³⁾ da *Action*

tempo que mantinha boas relações com a República veja-se, *Idem, ibidem*, pp. 169-184.

⁽⁴⁹⁾ Sobre o governo Pimenta de Castro veja-se, A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 710-711.

⁽⁵⁰⁾ Numa carta dirigida ao monárquico Espírito Santo Lima, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo sidonista, Jacinto Cândido manifesta esperança na nova política: 'Aorno sabe estou retirado da vida pública; mas sou o mesmo patriota e *nacionalista* de sempre: a Nação, acima de tudo e de todos. Do meu canto lhe escrevo, e no meu escuro pessimismo um raio de luz me veio animar: - é esta tentativa do Sidónio, em que vejo, com prazer V. incorporar-se desassombradamente." Jacinto Cândido, *ob. cit.*, p. 274.

⁽⁵¹⁾ Cf., por exemplo, *Idem, ibidem*, pp. 717-721.

⁽⁵²⁾ Jacinto Cândido via no partido monárquico "os *farrapos* do progressismo, do teixeirismo, do henriquismo, do franquismo, os *farrapos* que formam o chamado partido monárquico, manta de retalhos, mal cerzidos, a fender-se por todos os lados, e em que as velhas e ruins paixões personalistas pululam e fervilham." p. 265.

⁽⁵³⁾ *Idem, ibidem*, p. 265.

Française⁽⁵⁴⁾. Nesta linha, combatia o teorizador transpirenaico não lhe perdoando a sua admiração pela Antiguidade Cássica e pela "civilização pagã" que ela representava. No contexto da afirmação política dos Integralistas, Cândido acreditava que a restauração cristã era mais importante do que a restauração monárquica. Assim, ao privilegiar a religião, em detrimento da política, distanciava-se do nacionalismo integralista⁽⁵⁵⁾. Por seu lado, Aires de Orneias, também se apropriara do princípio maurraisiano *politique d'abord* e, à luz deste objectivo, lutava pela reconstituição do sistema político derrubado em 1910⁽⁵⁶⁾. Na sua febre restauradora o "partido monárquico" secundarizava a Igreja, facto que desagradava a Jacinto Cândido que, ao invés, permanecia fiel ao primado do catolicismo na sua equação dos problemas do país.

Para este, o nacionalismo transformado em partido político e, mais tarde, o Centro Católico Português tinham como principal função a defesa religiosa contra os ataques da revolução. O Centro, lançado pelos bispos (1917) suscitou uma natural simpatia no antigo líder político que via nele o retomar do ideário nacionalista. Sobre esta realidade diria que "o Centro Católico é, mais ou menos, uma nova fase do Nacionalismo, a minha doutrina" ⁽⁵⁷⁾. Porém, apenas lhe dava um apoio crítico. E que, para além de denunciar a falta de organização dos católicos, defendia a ruptura do Centro com os

⁽⁵⁴⁾ Para o conhecimento do nacionalismo integral da *Action Française* veja-se, René Rémond, *ob. cit.*, pp. 169-180.

⁽⁵⁵⁾ Sobre o Integralismo Lusitano leia-se, por exemplo, Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, 1993 (edição policopiada); Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República - Autopsia de um Mito*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1964.

⁽⁵⁶⁾ Os conservadores esgrimiam entre si disputando a influência de Maurras. Contestando Aires de Orneias, Mariotte afirmava: "supunho não me enganar, se disser que sou o português que melhor conhece a escola política de Maurras e sou com certeza o português que mais relações pessoais mantém com o grande mestre do pensamento francês. O Sr. Aires de Orneias sabe-o muito bem, pois que todas as referências elogiosas que a '*Aetion Française*', o jornal de Maurras, fez a Sua Ex^a tão guloso era, foram ou redigidas pelo meu próprio punho, ou feitas sobre notas por mim fornecidas a Maurras". Jacinto Cândido, *ob. cit.*, p. 278.

⁽⁵⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 45.

monárquicos e a sua transformação num partido político⁽⁵⁸⁾. A estrutura propunha-se intervir na sociedade em defesa do catolicismo e, por razões táticas, desvalorizava - tal como os nacionalistas - a questão do regime⁽⁵⁹⁾. No quadro da sua intervenção social, pretendia eleger deputados católicos e influenciar a vida política. Durante o Sidonismo, o chefe nacionalista era adepto de um entendimento da organização católica com Sidónio Pais. Ideologicamente identificado com o Centro, como já se referiu, viria a colaborar com ele, embora se mantivesse retirado em Penamacor - onde se dedicava à agricultura - e não tivesse possibilidades de exercer grande actividade política. Nos inícios da década de 20 mantinha, no essencial, o ideal de um país rural, distante dos malefícios sociais resultantes da indústria e do urbanismo⁽⁶⁰⁾. Nos últimos anos da sua vida seria convidado pelo Centro Católico a candidatar-se ao Senado o que recusaria. Cada vez mais preocupado com a questão social correspondeu-se com o bispo da Guarda, D. José Alves Matoso⁽⁶¹⁾ e procurou incentivá-lo no sentido do prelado influenciar a organização para que ela tivesse uma maior intervenção social. Ao privilegiar a questão social, continuava a revelar a sua fidelidade à doutrina da Igreja definida por Leão XIII nas suas encíclicas e a tentar que os princípios aí apresentados fossem

⁽⁵⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. 261-262.

⁽⁵⁹⁾ Para o conhecimento da história do Centro Católico veja-se Manuel Braga da Cruz, *oh. cit.*, pp. 263-371 e ainda Adelino Alves, *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, Lisboa, Rei dos Livros, s.d.. Sobre a questão do regime Jacinto Cândido clarificava a posição das organizações político-religiosas: "o partido nacionalista sem ter feito declarações de monarquismo estava, lealmente, ao lado da monarquia. O Centro Católico, o que pode legitimamente fazer é não estar ao lado da república, e tenho bem por certo que não está". *Idem, ibidem*, p. 197.

⁽⁶⁰⁾ Numa óptica ruralista afirmava numa carta para o bispo da Guarda: "no campo político como no social o trabalho, hoje, do C. C., a meu ver, deve ser cuidar de preservar o operariado rural do contágio das cidades e centros industriais onde me parece que já não se faz cousa alguma de útil". *Idem, ibidem*, p. 297.

⁽⁶¹⁾ Foi nomeado bispo da Guarda em 2 de Outubro de 1914 e sagrado, no Porto, em 21 de Março de 1915. Tomou posse da diocese a 14 de Abril e fez a sua entrada solene na Guarda a 18. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1970, pp. 546-547.

aplicados. Nesta linha, pugnava pela substituição da luta de classes, por uma conciliação social mediada pelo catolicismo tal como já era sugerido pelo programa do Partido Nacionalista.

Em síntese, no seu conservadorismo jacinto Cândido representa bem a ambiguidade de um dirigente político aparentemente moderno mas que, na realidade, se subordinava inteiramente à ortodoxia católica estabelecida pela Santa Sé. É certo, que por razões táticas, procurou liderar um movimento político com uma aparência secularizada. Mantendo uma forte ligação aos hierarcas da Igreja católica, jamais deixaria de pensar numa sociedade fortemente influenciada pelo alto e baixo clero. Tendo sido sempre um defensor da instituição eclesiástica e da religião pugnava pela imposição da moral católica na vida dos cidadãos. O seu nacionalismo emergiu numa conjuntura histórica marcada por várias expressões nacionalistas na Europa dos Imperialismos antes da eclosão da 1ª Guerra Mundial e depois dela. Ora, à luz da sua ideologia contra-revolucionária, o continente europeu seria subvalorizado em nome do colonialismo e das relações privilegiadas com o Brasil. E se a aliança com a Inglaterra se lhe afigurava essencial - apesar das críticas que lhe fazia, após a implantação da república - isso ficava-se a dever à sua visão atlântista da política externa portuguesa. Se é certo que privilegiava as boas relações com a Espanha - o que era natural - já assumia o silêncio completo acerca do relacionamento de Portugal com o continente europeu. Esta indiferença em relação a países que, nos inícios do século XX, estavam na vanguarda da civilização material e cultural (ex. França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália) era comungada por outros nacionalistas que, como ele, apostavam antes numa ressurreição efectiva da Nação portuguesa.